
O ENIGMA DA GEOESTRATÉGIA ESTADUNIDENSE À LUZ DA GUERRA NA UCRÂNIA: DESACOPLAMENTO GEOECONÔMICO E CONTENÇÃO GEOPOLÍTICA

João Paulo Rabello de Castro **CENTELHAS**

Doutor em Geografia Humana (USP). Professor Adjunto do Curso de Geografia (UESPI)

E-mail: joaozentelhas@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5142-6966>

*Recebido
Novembro de 2023*

*Aceito
Agosto de 2025*

*Publicado
Dezembro de 2025*

Resumo: A tese do presente estudo sustenta que a emulação da guerra na Ucrânia, e de um possível conflito envolvendo Taiwan, têm por fim ser um vetor de catalisação e indução ao desacoplamento geoconômico de regiões mundiais em relação ao bloco russo-chinês. Um amplo acervo de evidências fundamenta o argumento apresentado neste artigo, que é resultado da análise multidimensional das possibilidades geoestratégicas dos EUA em face a debilitação de sua centralidade na acumulação capitalista mundial. Para tanto, foram analisadas as consequências geoconómicas produzidas pelo conflito, os estudos estratégicos dos *think tanks* encorajados pelo Departamento de Defesa dos EUA, os planos e os relatórios plurianuais de defesa e dissuasão nuclear, bem como a literatura especializada no tema em questão.

Palavras-chave: Geoestratégia; Estados Unidos; Ucrânia; desacoplamento geoconômico; fragmentação.

THE PUZZLE OF U.S. GEOSTRATEGY IN LIGHT OF THE WAR IN UKRAINE: GEOECONOMIC DECOUPLING AND GEOPOLITICAL CONTAINMENT

Abstract: The thesis of the present study argues that the emulation of the war in Ukraine, and a possible conflict involving Taiwan, is intended to be a vector for catalyzing and inducing the geoeconomic decoupling of world regions in relation to the Russian-Chinese bloc. A broad body of evidence supports the argument presented in this article, which is the result of the multidimensional analysis of the geostrategic possibilities of the USA owing to the weakening of its centrality in global capitalist accumulation. To this end, the geoeconomic consequences produced by the conflict were analyzed, as well as strategic studies by think tanks commissioned by the US Department of Defense, multi-annual defense and nuclear deterrence

plans and reports, as well as specialized literature on the topic in question.

Keywords: Geostrategy; United States; Ukraine; geoeconomic decoupling; fragmentation.

EL ENIGMA DE LA GEOESTRATEGIA ESTADOUNIDENSE A LA LUZ DE LA GUERRA EN UCRANIA: DESACOPLAMIENTO GEOECONÓMICO Y CONTENCIÓN GEOPOLÍTICA

Resumen: : La tesis del presente estudio sostiene que la emulación de la guerra en Ucrania, y un posible conflicto que involucre a Taiwán, pretende ser un vector para catalizar e inducir el desacoplamiento geoeconómico de las regiones del mundo en relación con el bloque ruso-chino. Un amplio cuerpo de evidencia respalda el argumento presentado en este artículo, que es el resultado del análisis multidimensional de las posibilidades geoestratégicas de Estados Unidos frente al debilitamiento de su centralidad en la acumulación capitalista global. Para ello se analizaron las consecuencias geoeconómicas producidas por el conflicto, así como estudios estratégicos realizados por think tanks encargados por el Departamento de Defensa de Estados Unidos, planes e informes plurianuales de defensa y disuasión nuclear, así como literatura especializada sobre el tema en cuestión.

Palabras clave: Geoestrategia; Estados Unidos; Ucrania; desacoplamiento geoeconómico; fragmentación.

INTRODUÇÃO

A lógica autorreferente dos capitais individuais, caracterizada por sua alta mobilidade geográfica à procura de crescentes taxas de rentabilidade, em parte fundamentou o forte movimento migratório dos investimentos produtivos ocidentais em direção à Ásia, em especial à China. Esta tendência foi acompanhada pela desindustrialização de vários segmentos econômicos dos países centrais e semiperiféricos do capitalismo ocidental, atingindo as bases materiais de sustentação da hegemonia estadunidense. O que se observa como antítese a esta dinâmica volátil dos fluxos de reprodução do capital é a ação política coordenada dos Estados-nacionais norte-americanos e europeus na tentativa de coagir tais fluxos de investimento a repatriar sua atuação produtiva nos países sede de suas matrizes, em especial, nos EUA.

Este tensionamento entre a lógica transnacional do capital e a lógica territorial do Estado (Arrighi, 1996; Harvey, 2004) tem se intensificado em face da célebre perda de competitividade industrial, científica e tecnológica da economia estadunidense ante a ascensão chinesa como principal centro industrial do mundo. Soma-se a este cenário dois fatos de extrema relevância geoestratégica: o movimento dos BRICS e de países aliados com vistas a estabelecer um padrão monetário próprio, que permita transações internacionais não-dolarizadas; e a condição tecnológica disruptiva dos atuais sistemas de mísseis balísticos russos e chineses com capacidade nuclear, que possuem efetividade superior aos sistemas correspondentes dos EUA (Cohn *et al.*, 2019).

Tais elementos impõem um crítico cenário de possibilidades à manutenção do poderio ocidental, impulsionando o *establishment* estadunidense a elaborar alternativas de contenção e reestruturação da tendência em curso. Considerando que os EUA não dispõem no atual momento de competitividade de preços ante os industrializados chineses e de superioridade de ataque e defesa nuclear em relação aos sistemas de mísseis e antimísseis russos e chineses (Cohn *et al.*, 2019), sobre quais termos as alternativas estadunidenses consistiriam? Neste sentido, observa-se que a atuação geoestratégica dos EUA tem caminhado no sentido de promover um desacoplamento geoeconômico do bloco russo-chinês em relação a determinadas regiões mundiais e segmentos tecnológicos, ao passo que busca implementar a maior soma de investimentos públicos direcionada à reinustrialização do país desde o *New Deal* (o robusto programa de investimentos públicos que ocorreu entre 1933 e 1937, nos Estados Unidos, sob o governo de Franklin Delano Roosevelt). Para a consecução de tal projeto geoeconômico, observa-se a utilização de uma estratégia militar com o fito de provocar instabilidades regionais (Ucrânia e Taiwan) que sirvam como instrumentos catalisadores ao desacoplamento, bem como à garantia do controle de corredores comerciais e o acesso a mercados e recursos minerais estratégicos.

Por conseguinte, tal hipótese se fundamenta no princípio realista de que os atores geopolíticos agem em grande medida por cálculos racionais, objetivando lograr benefícios ao menor custo possível. Entende-se este princípio como uma lógica tendencial e orientadora, mas não necessariamente axiomática, pois está sujeita às vicissitudes do processo histórico doméstico e internacional. Além disso, a hipótese em questão não é um argumento de natureza apriorística, ao contrário, emergiu como resultado da sistematização de uma multiplicidade de evidências e acontecimentos que denotam uma ordem de coerência geoestratégica.

O primeiro ponto de aproximação investigativa à geoestratégia em curso emerge a partir de duas questões elementares: por que os Estados Unidos se recusaram a se engajar em negociações efetivas com a Rússia para estabelecer uma arquitetura de segurança comum na Europa? Por que os pleitos de segurança interna da Rússia relativos à expansão a leste dos sistemas militares da OTAN foram ignorados pelo Ocidente? A desconfiança que as respectivas questões despertam com relação aos interesses geopolíticos dos EUA, associados então à tradição geoestratégica de cerco e contenção ao *Heartland* euroasiático, incontornavelmente, provocam mais indagações à medida que novas evidências emergem no decurso da guerra na Ucrânia, e das provocações eventuais circunscritas ao estreito de Taiwan e ao mar da China.

O escrutínio e a sistematização dos acontecimentos factuais vão afastando dúvidas, e, hoje, pode-se constatar que a deflagração da intervenção militar russa na Ucrânia foi provocada

intencionalmente pela política externa estadunidense em conluio com os governos ucranianos (Poroshenko e Zelensky) e Estados membros da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Este ponto de partida ganha sustentação em razão das múltiplos indícios e evidências que fazem transparecer a intencionalidade ocidental em provocar uma resposta armada russa. Tais evidências, que serão objeto de explanação a seguir, revelam não só uma indisfarçável intenção em estimular e conservar o conflito, mas evocam, por consequência lógica, um “enigma” que é central para se compreender os termos da geoestratégia em questão e do atual reordenamento geoconômico mundial: a incitação de uma reação russa produziria qual benefício tático à estratégia estadunidense?

O objetivo deste trabalho visa responder à questão supramencionada mediante o escrutínio realista das opções geoeconómicas, geopolíticas e militares dos EUA, em contexto de crise de sua posição central na dinâmica da acumulação capitalista mundial. Para tanto, serão analisadas as consequências geoeconómicas produzidas pelo conflito, os estudos estratégicos dos ‘*think tanks*’ encomendados pelo Departamento de Defesa dos EUA, os planos e os relatórios plurianuais de defesa e dissuasão nuclear, bem como a literatura de analistas e pesquisadores especializados no tema em questão. Entende-se que tais referenciais denotam indicativos altamente relevantes para se compreender o planejamento estratégico da política externa estadunidense.

BREVE REGRESSÃO AOS CLÁSSICOS

Em 1904, na Royal Geographical Society de Londres, o geógrafo inglês Halford Mackinder apresentava sua conferência seminal intitulada “O pivô geográfico da história”. Nesta foi exposta uma compreensão geopolítica de mundo, que mais tarde será a base da geoestratégia Ocidental nos séculos XX e XXI. O Logus mackinderiano se estrutura sob o imperativo da disputa mundializada entre potências imperiais; trata-se de considerar as relações de poder por uma perspectiva de longa abrangência histórica, cuja ênfase está na configuração geográfica do mundo como condicionante às possibilidades estratégicas na disputa por hegemonia mundial.

Na transição entre os séculos XIX e XX, o paradigma vigente das geoestratégias ocidentais em grande medida era influenciado pelas obras de Alfred Mahan (Mello, 1999). Este via no “poder marítimo”, mediante o controle naval das rotas comerciais, a chave da hegemonia mundial. Após quase dois séculos de domínio britânico sobre os mares e os povos, a conferência de Mackinder sinalizava uma possível reviravolta a favor do que ele definia como “poder

terrestre". Segundo o geógrafo britânico, o desenvolvimento técnico das ferrovias transcontinentais modificou as condições do poder terrestre, permitindo uma capacidade crescente de mobilidade nas estepes asiáticas, o que em nenhum lugar traria efeitos tão profícuos do que no "fechado coração terrestre da Eurásia" (Mackinder, 2011, p. 97), região que abriga fortes atributos defensivos ao poder marítimo (cuja supremacia ainda era exercida pelos britânicos). Neste contexto, Mackinder, como um estrategista à serviço do império britânico, alertava de modo patente sobre os riscos da potencial ascensão da "região pivô" (*Heartland*), sinalizando especialmente os riscos de uma possível aliança entre Alemanha e Rússia, pois tal fato permitiria a articulação dos poderes industriais germânicos aos recursos minerais e terrestres da Rússia, constituindo a maior ameaça à hegemonia atlântica. Tal elaboração ganhou tamanha influência no âmbito das estratégias geopolíticas dos Estados, que a geoestratégia da Alemanha nazista na 2ª Guerra Mundial fundamentou-se no domínio da Europa Central, e posterior invasão da União Soviética com vistas a dominar o *Heartland*, amplificar o acesso a recursos estratégicos como energia, e consolidar a hegemonia alemã sobre o mundo.

A importância em considerar a teoria do *Heartland* como forma introdutória à compreensão da rivalização mundial e da guerra na Ucrânia deve-se à existência secular de uma práxis ativa do Ocidente em estabelecer linhas de cerco e contenção à Rússia. Tais práticas geopolíticas possuem uma historicidade que é fundamento a uma compreensão mais abrangente e realista sobre o conflito em questão. O trabalho de Mackinder será reformulado por Nicolas Spykman, na década de 1940. Este tomará como ponto de partida a macro-regionalização do mundo por Mackinder em "Região pivô" (*Heartland*), "arco interior" ou "crescente interior ou marginal" e "Ilhas exteriores". Ao longo da Guerra Fria, a geoestratégia de Spykman orientou a política externa estadunidense, seja pelo *front* europeu, via Plano Marshall e OTAN, seja pelo *front* indo-pacífico, via políticas bilaterais com Japão, Coréia do Sul, Filipinas e Malásia.

As atualizações à geopolítica de cerco e contenção à "ameaça" euroasiática foram parte do expediente de análise estratégica nos institutos e departamentos de Estado, nos centros de inteligência das forças armadas do Ocidente e nos "think tanks" contratados pelos órgãos de defesa dos EUA. Neste sentido, se destacam as intervenções de Henry Kissinger, Paul Wolfowitz e Zbigniew Brzezinski (Mello, 1999; Thomann, 2024).

À luz das teorias geopolíticas ao longo do século XX, observa-se, portanto, que não é de hoje que a intenção em oferecer obstáculos à articulação euroasiática sempre foi um objetivo da geopolítica "atlanticista", em especial, na obstaculização de uma parceria comercial e produtiva entre Rússia e Alemanha, temor já expresso desde as obras de Mackinder.

Nos anos 1990, Zbigniew Brzezinski, geoestrategista polaco-estadunidense e ex-conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, é enfático ao afirmar que a ameaça à supremacia norte-americana emergiria dos principais atores estatais do “tabuleiro euroasiático”, e a continuidade da hegemonia estadunidense dependeria fundamentalmente do modo como o país exerceria sua prática geoestratégica e sua influência sobre tal região (Brzezinski, 1998). O autor argumenta sobre a importância estratégica para o Ocidente em assegurar a separação e a independência da Ucrânia em relação à Federação Russa, tanto no sentido de conter e impossibilitar a ameaça do ressurgimento do poderio russo pós-URSS, como também para inviabilizar uma possível “integração eurasiana” (Brzezinski, 1998, p. 112-113).

Portanto, considerando o cenário posto, e contemplando algumas análises recentemente divulgadas pelo FMI, em janeiro de 2023, que informam que a economia mundial sofre grande risco de “fragmentação geoeconômica” em razão da deflagração da guerra na Ucrânia, do crescimento exponencial de sanções e da rivalização comercial entre EUA e China, é imperioso o escrutínio sobre as atuais transformações em marcha que oferecem grande risco de deterioração à atual configuração e integração geoeconômica do mundo.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia de pesquisa consistiu na análise e na revisão de material bibliográfico concernente às temáticas abordadas, optando por uma perspectiva fundamentada no realismo político e na sistematização de referenciais teóricos da Geografia Crítica, da Geopolítica Clássica e Contemporânea, das Relações Internacionais, da Economia Política e da Teoria do Sistema-Mundo, articulando-se com a leitura das notícias e reportagens a respeito das políticas internacionais, dos acordos comerciais e militares, da guerra na Ucrânia, como também das disputas concernentes ao mar da China e Taiwan. Neste sentido, o seguinte procedimento de pesquisas bibliográficas foi realizado:

- 1) A análise de referências concernentes aos acontecimentos internos na Ucrânia prévios à deposição do governo nacional em 2014, e análise dos desdobramentos da guerra na Ucrânia e da trama dos atores geopolíticos regionais e globais, utilizando-se das seguintes referências: (Pereira, 2014; Plekhanov, 2015; Fernandes, 2022; Roberts, 2022; Callinicos, 2022);

- 2) A análise das dinâmicas concernentes ao desacoplamento geoeconômico, diversas bibliografias foram investigadas, como, (Steinbock, 2018; Inkster, 2020; Demarais, 2022; Fabry, 2022; Krpata, 2022; Monan, 2022; Aiyar, Shekhar, Ilyna, Anna et al, 2023);
- 3) A análise da geoestratégia militar fundamentou-se nos relatórios publicados oficialmente pelos Departamentos de Defesa, Segurança e Inteligência dos EUA, a saber, os relatórios plurianuais “*National Defense Strategy*”, “*Nuclear Posture Review*”, “*Missile Defense Review*”, entre outros. Além dos relatórios oficiais, foram analisados alguns estudos estratégicos encomendados pelo Departamento de Defesa dos EUA para os “*think tanks*” (*Rand Corporation; Center for Strategic & International Studies; Institute for the Study of War*), institutos de pesquisas independentes com vasto corpo de profissionais e analistas, que são prioritários ao entendimento do planejamento efetuado nas instâncias da alta política;
- 4) Além do suporte bibliográfico mais contemporâneo, foi realizado o estudo da bibliografia clássica em matéria de geopolítica, abordando autores como Alfred Mahan, Halford Mackinder, Karl Haushofer, Nicolas Spykman, entre outros;

Análise da bibliografia contemporânea produzida por analistas geopolíticos, como: Agnew (2003), Brzezinski (2012), Hudson (2022); Baracuhy (2021); Thomann (2022; 2024); Carmona (2022); Fiori (2023), e outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As evidências de uma estratégia

A atuação mais efetiva dos interesses ocidentais na Ucrânia já é patentemente reconhecida a partir das aproximações diplomáticas entre Ucrânia e União Europeia realizadas no governo de Viktor Yushchenko (2005-2010). Ao longo deste período, um forte conjunto de práticas, acordos e narrativas são operados no sentido de fomentar uma identificação pró-Europa Ocidental entre a população ucraniana e afastar a influência russa. O antagonismo entre ucranianos russófonos e ucranianos pró-Ocidente foi ganhando intensificação neste período. Em 2010, Viktor Yanukovych é eleito presidente da Ucrânia, retomando a política exterior de aproximação com a Rússia e arrefecendo o estreitamento das relações com o Ocidente,

sobretudo, após a sua negativa em assinar o *Acordo de Associação Ucrânia-União Europeia*, em novembro de 2013, que obrigava o país a estabelecer algumas reformas de caráter neoliberal. A posição de Yanukovytch não foi aceita por facções políticas pró-União Europeia, o que recrudesceu ainda mais o antagonismo presente no país, levando grupos organizados e partidos políticos de extrema-direita, como Pravy Sektor, Partido Svoboda e Partido Terra-Pátria, a mobilizar manifestações anti-governo, como, também, atos de vandalismo, guerrilha, invasão de prédios públicos, ataques a postos policiais, provocações a forças policiais em manifestações políticas, atos terroristas contra manifestantes, entre outros (Fernandes, 2022; Plekhanov, 2015; Pereira, 2014).

Ao longo dos eventos envolvendo a rebelião e a deposição de Viktor Yanukovytch, os principais veículos jornalísticos no Ocidente (NYT, The Washington Post, Reuters, BBC, CNN etc.) deram forte apoio aos manifestantes liderados por forças da oposição, representando-os como “revolucionários” ante à influência do Estado russo, e, por consequência, ratificou o golpe de Estado sofrido por Yanukovytch, assim como as autoridades nacionais do Ocidente. Os detalhes sobre a participação e a importância de atores do alto-escalão dos EUA na dinâmica de rebelião e deposição ao governo de Viktor Yanukovytch pode ser verificada nos trabalhos de Fernandes (2022), Plekhanov (2015) e Pereira (2014).

Este é o primeiro ponto para contextualizar o cenário político na Ucrânia pós-golpe de 2014, e como o país desde então converteu-se a uma política exterior aliada aos interesses estadunidenses, tornando-se objeto de uma acirrada disputa territorial entre atores geopolíticos globais.

Muitas evidências sugerem uma ordem de coerência entre práticas, discursos e ações das lideranças ocidentais na direção deliberada de provocar um conflito armado entre Rússia e Ucrânia. A primeira delas é a revelação da ex-Chanceler da Alemanha, Angela Merkel, ao jornal alemão Die Zeit, numa entrevista publicada em 07 de dezembro de 2022, na qual afirma que “Os Acordos de Minsk de 2014 foi uma tentativa de dar tempo à Ucrânia. Eles usaram esse tempo para ficarem mais fortes, como você pode ver hoje. A Ucrânia de 2014 e 2015 não é a Ucrânia de hoje”. Além da declaração de Merkel, François Hollande, presidente da França entre 2012 e 2017, concedeu uma entrevista ao jornal *The Kyiv Independent*, em 28 de dezembro de 2022. Nesta, foi indagado se concordava com as afirmações de Merkel, de que as negociações dos Acordos de Minsk (2014 e 2015) objetivavam apenas conquistar um “tempo precioso” à Ucrânia. Hollande não hesitou em defender as afirmações de Merkel. É importante lembrar que ambos atuaram como mediadores nas negociações dos referidos acordos.

Segundo Fiori (2023), em artigo publicado um ano após o início da guerra na Ucrânia, as declarações de Merkel e Hollande representam uma linha de coerência com as ações dos governos estadunidense e britânico:

Declarações inteiramente coerentes com o comportamento dos **Estados Unidos**, que boicotaram as negociações de paz entre **russos e ucranianos**, realizadas na fronteira da **Bielorrússia**, em 28 de fevereiro de 2022, cinco dias depois de iniciada a operação militar russa no território ucraniano. E da **Inglaterre** que boicottou diretamente a negociação de paz iniciada em **Istambul**, no dia 29 de março de 2022, e que foi interrompida pela intervenção pessoal do primeiro-ministro inglês, realizada numa visita-surpresa de **Boris Johnson** a **Kiev** feita no dia 9 de abril de 2022 (Fiori, 2023, s.p.)

O Departamento de Estado dos EUA, mediante o *Bureau of Political-Military Affairs*, publicou uma ficha técnica intitulada “*U.S. Security Cooperation with Ukraine*” (em 07 de julho de 2023), na qual afirma que, desde 2014 até o início da guerra, os EUA já teriam fornecido um montante de 44,1 bilhões de dólares em armamentos e qualificação às forças armadas da Ucrânia, sendo que desse total 42 bilhões foram enviados a partir de janeiro de 2021.

Soma-se a estes fatos a diplomacia beligerante de Volodymyr Zelensky nas semanas anteriores ao início da guerra: na 58ª Conferência de Segurança de Munique, em 19 de fevereiro de 2022, Zelensky afirmou que os Memorandos de Budapeste de 1994 não serviam mais à garantia de segurança da Ucrânia. Os Memorandos definiam a Ucrânia como um país não-nuclear, o que resultou na eliminação e na concessão de seus armamentos nucleares desde então. Além disso, foi noticiado por diversas mídias não-alinhadas ao oligopólio financeiro ocidental, como também por testemunhas oculares e pelo Ministério das Relações Exteriores da Rússia um aumento expressivo de bombardeios no Donbass desde o dia 16 de fevereiro de 2022. Embora este último fato seja objeto de controvérsia entre as partes, a conduta de Zelensky desde sua eleição e especialmente nas semanas anteriores ao início da guerra caminhou no sentido de acirrar o antagonismo e as tensões com a Rússia, o que demonstra não só a segurança num apoio indireto do Ocidente, como também a ausência de uma postura diplomática em salvaguardar a Ucrânia do provável desastre da guerra com um país fronteiriço notoriamente superior em matéria de capacidades militares, territoriais e demográficas.

A negligência dos principais atores internacionais ocidentais para se estabelecer uma resolutiva pacífica entre as partes torna-se ainda mais explícita ao se constatar o fato informado por Carmona (2022, p. 92), de que, em 17 de dezembro de 2021, o governo russo propôs um acordo entre a Federação Russa e os Estados membros da OTAN para preservar seus interesses de segurança em seu entorno imediato. O acordo propunha a neutralidade militar da Ucrânia e

a não concentração de mísseis nas fronteiras russas. A proposta foi ignorada por representantes de Washington e Bruxelas.

Este cenário de elementos em curso tem sua relevância como contexto às tomadas de decisão dos principais atores envolvidos. Uma pesquisa de primeira ordem realizada por Geoffrey Roberts (2022), “*Now or never’: the immediate origins of Putin’s Preventative War on Ukraine*”, analisou todos os registros das falas e enunciações de Putin, bem como suas ações, concluindo que a decisão de invadir a Ucrânia foi pautada num cálculo estratégico de longo prazo em razão das ameaças objetivas oferecidas por um possível armamento nuclear da Ucrânia articulada à geopolítica da OTAN. Segundo este raciocínio de Putin, segundo Roberts (2022:04), quanto mais se retarda o início da guerra, maior seria o perigo e o custo para a Rússia. O que em certa medida era corroborado pelas evidências acima, de que um amplo arsenal de equipamentos militares vinha sendo consolidado na Ucrânia desde 2014, e mais intensamente a partir de 2021. A posição tomada por Putin já era previsível pela burocracia estadunidense, prova disso foi o documento confidencial (vazado pelo *Wikileaks*) elaborado pelo então embaixador dos EUA em Moscou, William Burns, hoje diretor da CIA, chamado “*Nyet means nyet: Russia’s Nato enlargement red lines*” (2008), no qual afirma que a possibilidade da anexação da Ucrânia à OTAN muito provavelmente poderia despertar uma intervenção russa, e que havia temores na Ucrânia de que o país poderia ser dividido.

Um estudo que não pode passar despercebido na compreensão deste cenário chama-se “Extending Russia: competing from advantageous ground” (Dobbins *et al.*, 2019), elaborado pela *RAND Corporation*, maior “think tank” dos Estados Unidos, com mais de 1200 experts dedicados à elaboração de estudos estratégicos encomendados pelo Departamento de Defesa dos EUA. O referido estudo é claro em seu objetivo: “examinar uma série de meios possíveis para estender a Rússia. Com isso, queremos dizer medidas não violentas que possam prejudicar as forças armadas ou a economia da Rússia ou a posição política do regime em casa e no exterior.” (Dobbins *et al.*, 2019, p.3).

Neste sentido, o estudo elabora proposições de ação em quatro dimensões: econômica, geopolítica, ideológico-informacional e militar (esta última dividida em seus clássicos setores, aéreo-espacial, marítimo e terrestre). Na dimensão econômica, sugere impedir as exportações de petróleo russo, a redução das exportações de gás, impedir expansões de gasodutos (*Nord Stream 2*), impor sanções e estimular a “fuga de cérebros” da Rússia para o Ocidente. Na dimensão geopolítica, as seguintes medidas são recomendadas: prover armamentos à Ucrânia (política levada a efeito desde 2014), ampliar o suporte a “rebeldes” sírios, promover mudança de regime na Bielorrússia, explorar tensões no sul do Cáucaso, reduzir a influência russa na Ásia

Central e desafiar a presença russa em Moldova (Transnístria). Na dimensão ideológico-informacional, descredibilizar a imagem da Rússia e do governo Putin nos cenários internacional e doméstico. Na dimensão estratégico-militar, sugere, dentre diversas medidas, a retirada dos EUA do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (Tratado INF, 1987), referente à proibição de mísseis lançados por terra com alcance entre 500km e 5.500km, decisão levada a efeito no governo Trump, ainda em 2019. É significativa a correspondência entre as medidas propostas no estudo e as medidas executadas pelos governos de Trump e Biden.

Por conseguinte, esses elementos e evidências ganham uma conotação ainda mais evocativa se os posicionarmos nos quadros estruturais de reorganização geopolítica, geoeconómica e geoestratégica a nível mundial. Desde o fim da URSS, a célebre promessa do secretário de Estado dos EUA, James Baker, a Mikhail Gorbaciov, de que a OTAN não avançaria sobre o leste europeu após o fim do Pacto de Varsóvia, foi sistematicamente descumprida pelos EUA em cinco ondas de expansão da OTAN. A posição da burocracia russa a respeito da expansão dos sistemas militares da OTAN em países circunvizinhos ao seu território já foi amplamente manifesta em instâncias internacionais de discussão ao longo das últimas duas décadas, especialmente nas Conferências de Segurança de Munique. Na perspectiva russa, a expansão dos sistemas militares da OTAN ganha um aspecto ainda mais ameaçador a partir do momento que a política nuclear dos EUA começa a sofrer uma mudança de paradigma a partir de 2002, no governo de George W. Bush.

Novo paradigma nuclear?

O paradigma da Guerra Fria concernente à defesa e à dissuasão nuclear foi a “Doutrina da Destrução Mútua Assegurada” (MAD – *Mutually Assured Destruction*). Esta doutrina estabelece que, em um cenário de guerra entre duas potências nucleares, o primeiro ataque nuclear de qualquer uma das partes envolvidas seria falho em desarmar as capacidades de retaliação do oponente, tornando ambas as partes vulneráveis a uma possível reação, o que por sua vez asseguraria o conceito de que uma guerra nuclear jamais pode ser vencida. Tal estatuto lógico desabilitaria, por silogismo, qualquer animosidade nesta direção.

Não obstante, este paradigma foi substituído pela “Doutrina do Ataque Nuclear Preventivo” (*Preemptive Nuclear Strike/War e First Strike Theory*), fruto de uma reorientação da política nuclear realizada a partir do governo de George W. Bush (Mueller, 2006). Esta nova postura é manifesta em três documentos oficiais estratégicos publicados entre os anos de 2001

e 2002: o “*Quadrennial Defense Review*”, produzido pelo Departamento de Defesa dos EUA; o “*National Security Strategy*” (NSS), elaborado pelo *National Security Council*; e o “*Nuclear Posture Review*”, documento produzido pelo Departamento de Defesa dos EUA, mas nunca inteiramente publicado, apenas fragmentos vazados em razão de ser um documento classificado. A doutrina arroga a viabilidade da destruição da capacidade de resposta do inimigo mediante um “ataque nuclear preventivo” (massivo e simultâneo), e mesmo considerando a hipótese de uma retaliação, teoricamente, esta seria suscetível à interceptação por sistemas integrados de defesa anti-aérea.

Tal elaboração é reflexo de vários componentes do contexto tecnológico e geopolítico à época. O ataque às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, gerou forte impacto na opinião pública estadunidense e abriu espaço na burocacia dos EUA para a invocação de uma política externa mais intervintiva, na salvaguarda da supremacia norte-americana, que até então gozava de ampla vigência. Além disso, o grau de desenvolvimento dos sistemas de mísseis e anti-mísseis encontrava-se, formalmente, congelado pelos tratados nucleares e balísticos assinados entre EUA e URSS/Rússia nas décadas de 70, 80 e 90. O que era lido como uma janela de oportunidade pelo Departamento de Defesa, pois a possibilidade do engajamento técnico-científico dos EUA neste campo, em tese, posicionaria o país a uma condição de superioridade no âmbito dos sistemas de ataque e defesa nuclear, degradando o equilíbrio nuclear estratégico com a Rússia, e permitindo virtualmente a subsunção do Heartland aos desígnios imperiais do Ocidente.

Em 13 de junho de 2002, Bush unilateralmente retira os EUA do Tratado Antibalístico Intercontinental. O tratado foi assinado entre Estados Unidos e União Soviética, em 1972, visando impor dispositivos jurídicos internacionais que freassem a corrida armamentista nuclear, proibindo a sofisticação de sistemas de defesa antiaéreos para mísseis intercontinentais. A retirada dos EUA representou um forte sinal negativo ao Estado russo, pois a manutenção de um equilíbrio estratégico na esfera nuclear não seria mais respeitada pelo lado estadunidense. Alexei Arbatov, vice-presidente do Comitê de Defesa da Câmara Baixa da Legislatura da Rússia, no ano de 2002, afirmou que a saída dos EUA do Tratado Antibalístico era “um evento extremamente negativo de escala histórica” (Boese, 2002). Associada à contínua expansão da OTAN, a mudança da postura nuclear estadunidense obrigou a reorientação da estratégia de defesa russa. A estratégia A2/AD (*Anti-Acess/Area Denial*) seria a principal representante desta reorientação da dissuasão russa, cujo investimento se concentrou sobretudo no desenvolvimento de mísseis balísticos e antimísseis de curto, médio e longo alcances. Tal feito

criava uma forte adversidade operacional às ameaças que se aproximavam territorialmente de oeste para leste.

Em 2019, o governo Trump decide unilateralmente abandonar o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (1987), sob a alegação de que os russos já estavam fabricando mísseis de médio alcance. Alegação procedente, visto que a tecnologia de lançamento e operação de mísseis balísticos e antimísseis russa apresenta um patamar de sofisticação e efetividade em vasta medida superior aos sistemas estadunidenses (Cohn *et al.*, 2019). A transgressão russa ao Tratado INF acompanhou a postura nuclear dos EUA assumida a partir de 2002, e da contínua expansão das bases e sistemas militares da OTAN na circunvizinhança continental russa. Sob o ponto de vista tático, quanto mais próxima é a base de ataque ao alvo, menor é o tempo de resposta para os sistemas de defesa anti-aérea. Esta era uma das principais questões que alimentavam as reiteradas demandas por segurança da Rússia.

O posicionamento de sistemas militares da OTAN em marcha para leste não é, sob o ponto de vista da Geopolítica Clássica, um fenômeno estranho, muito pelo contrário. A elaboração de “estratégias de contenção” ao “*Heartland*” já possui mais de um século de existência, sendo década a década revisitada, reelaborada em termos de política exterior britânica e estadunidense, de modo que a expansão da atual presença militar estadunidense na Europa ou no Indo-Pacífico representa em parte a continuidade do mesmo propósito estratégico de outrora, isto é, cercar, dividir e conter a ascensão de potências euroasiáticas. Entretanto, o contexto contemporâneo traz novos elementos em cena, a saber, a parceria estratégica russo-chinesa, a emergência da China como maior potência industrial do planeta e a superioridade dos mísseis balísticos hipersônicos russos sobre qualquer sistema de defesa antiaéreo no mundo. A objetividade de tais elementos impedem o êxito de duas vias estratégicas tradicionais à manutenção da hegemonia estadunidense: a supressão de rivais em ascensão pelo jugo militar; a fragilização das capacidades produtivas do adversário pela lógica da livre concorrência de preços.

Logo, voltamos às questões iniciais desta pesquisa: por que os EUA se negaram a estabelecer acordos diplomáticos com a Rússia por um equilíbrio de segurança na Europa? Por que o estímulo a uma resposta armada russa seria taticamente interessante para a geoestratégia estadunidense? Para Pierre-Emmanuel Thomann, “A estratégia dos Estados Unidos visa, portanto, retardar a emergência do mundo multicêntrico que ameaça o legado unipolar do pós-Guerra Fria” (Thomann, 2018, p. 02). Em outro estudo, Alex Callinicos (2022, p. 48) afirma que “Washington está usando a Ucrânia para agrupar o bloco capitalista ocidental contra Pequim”. Apesar das afirmativas corroborarem à tese de uma explícita intenção da política

exterior estadunidense na dinâmica da guerra russo-ucraniana, pouco se avançou a respeito das razões táticas e estratégicas subjacentes a tal intenção. A seguir, buscar-se-á contribuir nesta direção mediante a análise dos processos geoeconômicos e geopolíticos articulados ao desenvolvimento da guerra na Ucrânia.

Os fundamentos geoeconômicos

A análise apresentada por Michael Hudson (2022) traz argumentos convincentes quanto aos benefícios colhidos da operação, nomeada por ele, de “cutucando o urso” (“*prodding the bear*”). Segundo o autor, o objetivo estratégico em incitar uma reação russa seria o embaraçamento da progressiva integração infraestrutural da Eurásia (ex. Rota da Seda, Nord Stream 2 etc.), conservando a maior parte do continente europeu como região de forte influência e controle estadunidense. Esta influência corroboraria aos interesses econômicos de grupos oligárquicos, como o complexo industrial-militar (via ampliação da demanda em gastos militares de países integrantes da OTAN, como a Ucrânia – via expansão fiscal dos Estados Unidos), o complexo das multinacionais de petróleo e gás (pela mudança na política energética da UE, com vistas a reduzir as importações de gás e óleo russos em favor de empresas estadunidenses) e o complexo monetário-financeiro (via empréstimos em dólar e controle financeiro do mercado de capitais na Europa).

Além destas vantagens econômicas imediatas sinalizadas por Hudson (2022), no plano estrutural ou da “grande estratégia”, observa-se que a reação russa serviu como um excelente instrumento indutor, mesmo que parcial, ao desacoplamento geoeconômico entre Europa e Ásia. A emulação da guerra permitiu um ambiente psicossocial de aceitação internacional ao choque de sanções contra a Rússia, sobretudo, entre os governos e as populações de países diretamente prejudicados por elas, leia-se, países europeus. A política de sanções, por mais permeável que seja pelas formas indiretas de comércio, impactou fortemente a articulação infraestrutural, comercial e produtiva entre Rússia e Europa, cujo intercâmbio comercial de bens movimentava 257,5 bilhões de euros em 2021, segundo a Comissão Europeia (2023).

Por fim, a explosão dos gasodutos Nord Stream consolidou o quase total encerramento da entrega de gás barato às indústrias alemãs e o processo inflacionário em toda União Europeia, favorecendo a relocalização de capitais produtivos europeus, que em boa medida migraram para o território estadunidense. Segundo a reportagem do *The Wall Street Journal*, de 21 de setembro de 2022, é noticiado que empresas europeias estão ampliando e transferindo capitais produtivos para os EUA: a empresa química OCI, com sede em Amsterdã, anunciou a ampliação de sua

fábrica no Texas e a redução de sua produção na Europa; a joalheria dinamarquesa Pandora e a fabricante alemã de veículos Volkswagen anunciaram aumento de suas instalações nos EUA; a siderúrgica ArcelorMittal, com sede em Luxemburgo, anunciou o corte de duas fábricas alemãs e ampliou investimentos no Texas; a empresa Tesla suspendeu os planos de produzir células de bateria na Alemanha e buscará redirecionar os investimentos aos EUA, aproveitando incentivos fiscais (IRA, *Inflation Reduction Act*).

O Instituto Econômico Alemão (IW – *Institut der Deutschen Wirtschaft*), em junho de 2023, publicou um estudo baseado nos fluxos de investimentos diretos na economia alemã em 2022. Os resultados são expressivos, a retirada de capitais totalizou 132 bilhões de dólares de déficit na comparação entre o que foi investido por empresas estrangeiras no país e o que foi investido por empresas alemãs no estrangeiro (Rusche, 2023). A mais recente divulgação sobre a atividade industrial holandesa feita pelo CBS (Instituto Central de Estatísticas/*Central Bureau voor de Statistiek*) revela uma contínua queda do volume da produção média diária em 2023 comparada ao ano anterior. O PMI Industrial (*Purchasing Manager's Index*) da Zona do Euro tem apresentado forte queda desde janeiro de 2023, indicando contração da atividade industrial, e, mais recentemente, o PMI Composto dos meses de junho e julho de 2023 também apresentou queda, indicando uma desaceleração do setor de serviços (S&P Global, 2023).

Por conseguinte, a evolução da guerra e a política de sanções ocidentais propiciaram não apenas um impulso a favor do desacoplamento euroasiático, mas também forjaram a desestruturação da segurança energética da União Europeia e de suas vantagens e condições locacionais de produção, fragilizando-a face à competição mundializada pelo capital circulante. Vale ressaltar que a disputa comercial e produtiva entre EUA e União Europeia já era objeto de tensão nos fóruns internacionais que tinham por objetivo estabelecer acordos econômicos entre as partes. Desde 2013, a partir do governo Obama, já se discutia a criação do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (*Transatlantic Trade and Investment Partnership - TTIP*). Uma tipologia de acordo de livre-comércio entre União Europeia e Estados Unidos, que nunca se efetivou oficialmente em razão das discordâncias sobre o impacto do acordo na manutenção das indústrias e dos empregos sediados em ambas as regiões.

A orientação da política de comércio exterior mudou drasticamente a partir do governo Trump, com o esmorecimento das negociações do TTIP, e a retirada unilateral dos EUA da Parceria Trans-Pacífica (*Trans-Pacific Partnership - TPP*), em 2017. A Parceria Trans-Pacífica foi efetivada entre 2015 e 2016, envolvendo Estados Unidos, Chile, Nova Zelândia, Brunei, Singapura, Austrália, Canadá, Japão, Malásia, México, Peru e Vietnã. Tal como o Acordo Transatlântico, a Parceria Trans-Pacífica visava eliminar barreiras comerciais e tributárias,

reduzindo juridicamente as possibilidades de intervenção governamental dos Estados membros, beneficiando, entre outros, as indústrias e os serviços alocados nos EUA. Ou seja, a elaboração de estratégias comerciais e geoeconômicas com o fito de contrapor a desindustrialização nacional estadunidense e assegurar regiões econômicas fortemente integradas e dependentes dos sistemas produtivos do país já vem sendo ensaiada, pelo menos, nos últimos 10 anos.

Todavia, o que antes era buscado via liberalização comercial e produtiva no campo diplomático e jurídico internacional, agora, se efetiva por métodos híbridos e extralegais, que envolvem a criação de instabilidades políticas regionais (tal como a guerra na Ucrânia ou os atritos no estreito de Taiwan), a vasta produção de sanções econômicas direcionadas às economias de Rússia, China, Irã e outros, e também às empresas estadunidenses, europeias, sul-coreanas e japonesas que exportam produtos de vanguarda tecnológica para as economias sancionadas.

Ao passo que as medidas de Trump tenham criado um desvio em relação ao viés liberalista dos governos Obama no âmbito do comércio exterior, intensificando a guerra comercial com a China, acionando políticas protecionistas à indústria estadunidense e pautando uma política industrial de caráter “nacionalista”, tendo alcançado inclusive forte crescimento da produção industrial entre os anos de 2017 e 2018, o movimento de resgate não encontrou sustentação subsequente, verificando-se no mesmo período um aumento de 12,5% no déficit comercial com a China, e um quadro de estagnação econômica e industrial em 2019.

A insuficiência das medidas protecionistas de Trump em relação ao comércio exterior demandaram um resgate pujante das políticas macroeconômicas de teor keynesiano. Após o período pandêmico (Covid-19), sob a vigência do governo Biden, três relevantes projetos de lei foram aprovados pelo Congresso dos EUA: *Infrastructure Investment and Jobs Act*, *CHIPS and Science Act* e o *Inflation Reduction Act*. Eles constituem os maiores pacotes de investimento público desde o *New Deal*, abrangendo um total de 2,27 trilhões de dólares direcionados a subsidiar a reconstrução da infraestrutura no país e a impulsionar a produção e a pesquisa em energia renovável, semicondutores, microchips, inteligência artificial, computação quântica, biotecnologia, comunicação avançada etc.

O *CHIPS and Science Act* foi assinado por Joe Biden em 02 de agosto de 2022, garante o subsídio de 280 bilhões de dólares para incentivo à produção, ao desenvolvimento e ao controle dos sistemas de CHIPS sediados em território estadunidense, com o fim de salvaguardar setores tecnológicos sensíveis e estratégicos à soberania nacional, como a produção de semicondutores, e estabelecer forte atuação em pesquisa e desenvolvimento. O *Inflation Reduction Act* (IRA) tem como um dos objetivos formais reduzir os efeitos

inflacionários mediante a redução da emissão de dívida pública e o subsídio nos preços de medicamentos, e, simultaneamente, garantir forte investimento no desenvolvimento tecnológico de energia limpa e outros setores de importância ambiental e científica.

Segundo os dados apresentados pelo *U.S. Bureau of Economic Analysis* (2023), a formação bruta de capital fixo no trimestre finalizado em julho de 2023 apresentou um crescimento de mais de 42 bilhões de dólares em comparação ao trimestre anterior, indicando uma reorientação da dinâmica econômica nos EUA. Simultaneamente, no período de janeiro a julho de 2023, comparado ao mesmo período de 2022, houve queda de 24,8% das exportações chinesas aos EUA (U.S. Census Bureau, 2023). As estimativas mais recentes de crescimento do PIB dos EUA, publicadas pelo *Center for Quantitative Economic Research*, do *Federal Reserve Bank of Atlanta*, indicam um crescimento de mais de 5% para o ano de 2023.

Em resumo, se os fatos possuem alguma concatenação intencional ou não, isto não é possível atestar, contudo, é deveras funcional sua confluência no sentido de favorecer um processo de re-alavancagem industrial, científica, militar e tecnológica sediado nos EUA. Ou seja, em novembro de 2021, é aprovado e autorizado o maior pacote de infraestrutura da história recente dos EUA (*Infrastructure Investment and Jobs Act*); em 24 de fevereiro de 2022, é deflagrada oficialmente a invasão militar russa na Ucrânia após as negativas dos EUA em efetivar uma pacto de segurança comum; nos dias 02 e 16 de agosto de 2022, são sancionados os maiores pacotes de investimento público em ciência, pesquisa e desenvolvimento desde o New Deal (*CHIPS Act* e *IRA*); no dia 26 de setembro de 2022, são explodidos os gasodutos Nord Stream, que entregavam gás barato à Europa; no dia 07 de outubro de 2022, o governo dos EUA impôs o mais forte pacote de sanções contra a China dos últimos 10 anos, impedindo que as indústrias de semicondutores e de fabricação de chips vendam equipamentos, peças e chips para o país asiático, impactando a cadeia global de produção dos mesmos. Segundo o US Bureau of Industry and Security's Entity List, 59 empresas chinesas estão proibidas de receberem exportações oriundas dos EUA em razão de possuírem vínculos com a indústria militar chinesa (Fabry, 2022).

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou na Cúpula da União Europeia, em 24 de março de 2023 (Reuters, 2023), que a região necessita criar mecanismos de “redução de riscos” em relação à China, “rebalanciando” sua dependência econômica de importações chinesas, como de minerais raros e estratégicos (p. ex. o lítio). Tal posicionamento, localizado no atual cenário de acirramento da rivalização sistêmica entre EUA e China, soma-se ao fato da Europa gradativamente intensificar sua condição de dependência à economia chinesa e ampliar anualmente seu déficit na balança comercial com o gigante asiático. Em 2016,

a Europa alcançou um déficit comercial com a China no valor de 145 bilhões de euros. Em 2022, este déficit subiu para 396 bilhões de euros, ao passo que no mesmo intervalo suas exportações para a China cresceram 50%. Atualmente, a China responde por 20% dos bens importados pela União Europeia, e 9% dos bens exportados pela UE (Comissão Europeia, 2022).

A União Europeia vê-se assim reduzida ao estatuto de zona tampão, como teatro da manobra americana na Eurásia, e de periferia cada vez mais dividida e explorada pelos Estados Unidos. Um cenário euro-atlanticista exclusivo, mas assimétrico e hierárquico em benefício dos Estados Unidos e não equilibrado segundo o ideal euro-atlantista, está assim a ser posto em prática (Thomann, 2022, s.p.).

Não obstante, a hipótese de um desacoplamento com a China resultaria num choque econômico brutal à Europa, eliminando o terceiro maior mercado de suas exportações e seu principal fornecedor de importações (o dobro do que é fornecido pelos EUA). A falta de acesso a itens estratégicos fundamentais à indústria europeia, sobretudo, no terreno dos minerais raros, tornaria as indústrias de carros elétricos e supercondutores extremamente prejudicadas (Demarais, 2023). Neste sentido, é possível observar, como afirma Krpata (2022), que EUA, Europa e China estão cada vez mais focados em proteger suas cadeias de abastecimento e acesso a fontes de minerais raros.

Como consequência, o conjunto desses acontecimentos tem favorecido um processo parcial de desacoplamento geoeconômico do Ocidente em relação ao bloco russo-chinês, beneficiando a economia estadunidense mediante a criação de vantagens artificiais de mercado, dada sua perda de competitividade em relação à indústria e aos serviços chineses. Este desacoplamento “pretendido” possui correspondência territorial com o anterior projeto geoeconômico do governo Obama, quando foram criados os dois grandes tratados de livre-comércio previamente mencionados (TPP e TTIP).

A “captura” do mercado europeu e de países aliados do indo-pacífico denota ser um dos objetivos geoestratégicos dos EUA face à ameaça de desindustrialização e da perda de competitividade industrial e técnico-científica. Além disso, faz-se mister salientar a posição geoestratégica que tais regiões assumem enquanto “*Rimland*” de contenção territorial ao bloco russo-chinês e de demarcação dos espaços de influência sobre rotas comerciais e recursos estratégicos, como já foi amplamente descrito e endossado pelos autores da Geopolítica Clássica (Mahan, Mackinder e Spykman).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas três décadas, a configuração espacial da acumulação capitalista em escala global tem se reestruturado a partir do deslocamento de capitais produtivos para a Ásia em busca de maiores taxas de rentabilidade. A contraparte desta tendência significou uma forte desindustrialização do Ocidente, fragilizando as condições materiais que garantiam a manutenção de sua hegemonia. A lógica territorial do Estado e a reprodução das oligarquias nacionais a ele vinculadas se encontram no ardil de estabelecer coerções à dinâmica autorreferente dos capitais empresariais, com vistas a recuperar os investimentos produtivos em território nacional. Dada a incapacidade de competição em face dos preços das exportações chinesas, Estados Unidos e Europa têm se direcionado a uma postura de ruptura aos preceitos de livre-mercado que eles próprios evocaram historicamente. Como esta reorientação político-econômica tem como centro de organização e benefício as oligarquias estadunidenses, a posição da Europa na geoestratégia dos EUA é de subalternidade, isto é, o ônus de ser instrumentalizada como “zona tampão” e front de desgaste com a Rússia (Thomann, 2022), além de ter seus capitais produtivos coagidos a se relocalizarem.

Por isso, vamos ao encontro de alguns autores (Fabry, 2022; Riecke, 2020; U.S. Chamber of Commerce, 2021; Aiyar *et al.*, 2023; e outros) que discutem a possibilidade de um desacoplamento geoeconômico entre o Ocidente e o bloco russo-chinês induzido por força política e diplomática, com a diferença, no caso do presente estudo, em demonstrar que a via militar indireta também está sendo acionada, mediante a guerra na Ucrânia, e calibrada para servir como fonte “permanente” de atrito e instabilidade, com o fim de legitimar psicossocialmente a continuidade das sanções comerciais e engajar a neutralização da articulação infraestrutural euroasiática. É neste sentido que a perpetuação da guerra se torna taticamente interessante para o governo de Joe Biden, que já tornou manifesto não apenas nas comprovadas investidas em impedir acordos de paz entre Rússia e Ucrânia, como também na própria conduta de entrega paulatina de armamentos à Ucrânia no curso da guerra.

Esta dinâmica geoestratégica visa estabelecer a partilha territorial sobre o espaço internacional em disputa, definindo a hegemonia estadunidense sobre recortes espaciais do globo, com vistas a consolidar suas cadeias de abastecimento em relação a recursos estratégicos e garantir o controle e o acesso a mercados de consumo. Além disso, trata-se de reordenar os circuitos globais de produção e consumo mediante redes industriais e tecnológicas politicamente articuladas e exclusivas. Isso já se constata na “guerra dos Chips” (Monan, 2022) e tende a se intensificar em outros segmentos produtivos, como nos setores automotivo,

aeroespacial, sistemas de informação e telecomunicação, computação avançada, engenharia genética, agricultura industrial, entre outros.

Neste sentido, a nova geografia econômica derivada do contexto de rivalização sistêmica caminha para uma configuração tendencialmente fragmentária em escala global, com novos arranjos regionais seletivos e forte intervenção estatal. Este quadro, ainda em caráter transitório e instável, tende a se recrudescer caso novas frentes de conflito em potencial possam ser acionadas (Taiwan e Oriente Médio), impulsionando a política exterior estadunidense para uma atuação incisiva sobre os eixos de conexão da economia mundial, sobretudo, aqueles dependentes de circulação naval, haja visto que 80% do comércio internacional se efetiva por transporte marítimo (ONU, 2021). Isto já se constata pela forte presença militar dos EUA no “*Rimland*” euroasiático (Mar Mediterrâneo, Golfo Pérsico, Mar Arábico, Golfo de Bengala, Oceano Índico, Sudeste Asiático, Mar do Sul da China, Pacífico Ocidental etc.), servindo como potencial ameaça à integração geoeconômica da Eurásia com o resto do mundo.

REFERÊNCIAS

- AIYAR, Shekhar *et al.* ***Geoeconomic Fragmentation and the Future of Multilateralism***. Staff Discussion Note SDN/2023/001. Washington: FMI, 2023.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARACUHY, Braz (org.). **Os fundamentos da geopolítica clássica**: Mahan, Mackinder, Skykman. Brasília: Funag, 2021.
- BOESE, Wade. *U.S. withdraws from ABM Treaty: Global response muted. Arms Control Association*, 2002. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2002-07/news/us-withdraws-abm-treaty-global-response-muted>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. ***The grand chessboard: american primacy and its geoestrategic imperatives***. New York: Basic Books, 2016.
- BURNS, Willian. ***Nyet means Nyet: Russia's NATO enlargement redlines***. Wikileaks, 2008. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/08MOSCOW265_a.html. Acesso em: 17 jul. 2022.
- CALLINICOS, Alex. Ucrânia: a nova face do imperialismo. **Margem Esquerda – Revista da Boitempo**, n. 39, jul. /dez. 2022.
- CARMONA, Ronaldo. A guerra na Ucrânia: uma análise geopolítica. **CEBRI-Revista**, Ano 1, n. 3, jul./set. 2022.

CENTER FOR QUANTITATIVE ECONOMIC RESEARCH. **GDPNow**. Federal Reserve Bank of Atlanta, 2023. Disponível em: <https://www.atlantafed.org/cqer/research/gdpnow>
Acesso em: 20 out. 2023.

COHN, Jacob *et al.* **Leveling the playing field: reintroducing U.S. theater-range missiles in a post-INF world**. CSBA, Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2019.

DIE, Zeit. **Hatten Sie gedacht, ich komme mit Pferdeschwanz**, 2022. Disponível em: <https://www.zeit.de/2022/51/angela-merkel-russland-fluechtlingskrise-bundeskanzler/seite-3>
Acesso em: 15 jan. 2023.

DOBBINS, James *et al.* **Extending Russia: competing from advantageous ground**. Santa Monica: RAND Corporation, 2019.

EUROPEAN COMMISSION. **China: EU trade relations with China. Facts, figures and latest developments**, 2023. Disponível em: https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/china_en . Acesso em: 12 ago. 2023.

EUROPEAN COMMISSION. **Russia: EU trade relations with Russia. Facts, figures and latest developments**, 2023. Disponível em: https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/russia_en Acesso em: 22 mar. 2023.

FABRY, Elvire. *Building strategic autonomy of Europe while global decoupling trends accelerate*. CES Discussion Paper, [S.l.], n. 9, dec. 2022.

FERNANDES, Roberto Mauro da Silva. A Guerra Híbrida no século XXI: o caso da Ucrânia em 2013/14. **Revista de Geopolítica**, [S.l.], v. 13, n. 4, p. 1-18, out./dez. 2022.

FIORI, José Luis. **Um ano depois**: EUA dobraram sua aposta, mas Rússia já ganhou o que queria, 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/626424-um-ano-depois-eua-dobram-sua-aposta-mas-russia-ja-ganhou-o-que-queria-artigo-de-jose-luis-fiori>. Acesso em: 26 fev. 2023.

KYIV INDEPENDENT. **Hollande: There will only be a way out of the conflict When Russia fails on the ground**, 2023. Disponível em: <https://kyivindependent.com/hollande-there-will-only-be-a-way-out-of-the-conflict-when-russia-fails-on-the-ground/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HUDSON, Michael. **The American Empire self-destructs. But nobody thought that it would happen this fast**, 2022. Disponível em: <https://thesaker.is/america-shoots-its-own-dollar-empire-in-economic-attack-on-russia>. Acesso em: 25 mar. 2022.

MACKINDER, Halford. O pivô geográfico da história. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 29, p. 87 - 100, 2011.

MAHAN, Alfred. **The influence of sea power upon history**: 1660-1783. London: Sampson Low, Marston & Company, 1897.

MELLO, Leonel Itaussu A. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Hucitec, 1999.

MONAN, Zhang. *U.S. Chips Strategy, Global Fragmentation. China - US Focus*, Oct. 2022. Disponível em: <https://www.chinausfocus.com/finance-economy/us-chip-strategy-global-fragmentation>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MUELLER, Karl et al. *Striking first: preemptive and preventive attack in U.S. national security policy*. Santa Monica: RAND Corporation, 2006.

PEREIRA, C. Ucrânia: crônica de uma crise anunciada. **Revista de Ciências Militares**, [S. l.], v.2, n.2, p. 337-359, 2014.

PLEKHANOV, S. *Assisted Suicide: Internal and External Causes of the Ukrainian Crisis*. In: Black, Joseph; and Michael Johns. *The Return of the Cold War: Ukraine, the West and Russia*. Nova York: Routledge, 2015.

RIECKE, Torsten. *Resilience and decoupling in the era of great power competition*. **Merics**: Mercator Institute for China Studies, Aug. 2020.

ROBERTS, Geoffrey. *Now or never: The Immediate Origins of Putin's Preventative War on Ukraine*. **Journal of Military and Strategic Studies**, v. 22, n. 2, p. 3-27, dez. 2022.

S&P GLOBAL. **HCOB Flash Eurozone PMI**, 2023. Disponível em: <https://www.pmi.spglobal.com/Public/Home/PressRelease/503ec7d1cabb49db8cd8eb10adf4d454>. Acesso em: 13 ago. 2023.

THOMANN, Pierre-Emmanuel. *Stratégie géopolitique des États-Unis en Eurasie et Rimland européen*. Eurocontinent - Enjeux géopolitiques européens et mondiaux, 2018. Disponível em: <https://www.eurocontinent.eu/strategie-geopolitique-des-etats-unis-en-eurasie-et-rimland-europeen/> Acesso em: 17 de abril de 2022. Acesso em: 13 ago. 2023.

UNITED NATIONS. *Review of maritime transport*. New York: United Nations Publications, 2021.

U.S. CENSUS BUREAU. *Trade in goods with China*, 2023. Disponível em: <https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

U.S. CHAMBER OF COMMERCE. *Understanding U.S. China decoupling: macro trends and industry impacts*, 2021.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. *National Defense Strategy of The United States of America*, 2022.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. *Nuclear Posture Review Report*, 2010.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. *Nuclear Posture Review*, 2018.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. U.S. Security Cooperation with Ukraine. **Fact Sheet**. Bureau of Political-Military Affairs, 2023. Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-security-cooperation-with-ukraine/>. Acesso em: 9 mar. 2022.

THE WALL STREET JOURNAL. **High natural-gas prices push european manufacturers to shift to the U.S.** Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/high-natural-gas-prices-push-european-manufacturers-to-shift-to-the-u-s-11663707594>. Acesso em: 8 out. 2022.